

Plano de Desenvolvimento Individualizado na inclusão escolar: um Estado da Questão

Tereza Cristina Lima Barbosaⁱ 

Secretaria Municipal de Educação, Fortaleza, CE, Brasil

Maria Julieta Fai Serpa e Salesⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

Este artigo investigou uma importante temática que diz respeito à inclusão escolar. O objetivo geral pautou-se em refletir sobre o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) e se é possível promover estratégias pedagógicas individualizadas a serem empregadas para o desenvolvimento de alunos com deficiência. A análise dos dados contou com o arcabouço teórico de Glat (2012), Pletsch (2012), dentre outros. Para tanto, foi realizado um Estado da Questão (EQ), que consiste em uma maneira mais profunda de entender e dar sentido ao que se investiga. Os resultados evidenciaram que uma vez elaborado de forma colaborativa entre os profissionais que atuam na escola, o PDI configura-se como instrumento que otimiza a rotina dos alunos com deficiência favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades. Conclui-se serem necessários constantes debates e estudos que abordem a temática da inclusão nas escolas de maneira que favoreçam o reconhecimento da educação como meio de esperar pela emancipação humana.

Palavras-chave: Plano Individualizado de Atendimento. Inclusão escolar. Estado da Questão.

Individualized Development Plan in School Inclusion: A State of the Question

Abstract

This article investigated an important theme regarding school inclusion. The general objective was based on reflecting on the Individualized Development Plan (PDI) and whether it is possible to promote individualized pedagogical strategies to be used for the development of students with disabilities. Data analysis relied on the theoretical framework of Glat (2012), Pletsch (2012), among others. Therefore, a State of the Question was carried out, which consists of a deeper way of understanding and giving meaning to what is being investigated. The results showed that once elaborated in a collaborative way between professionals who work at the school, the PDI is configured as an instrument that optimizes the routine of students with disabilities, favoring the development of their potential. It is concluded, therefore, that constant debates and studies are needed that address the issue of inclusion in schools in a way that favors the recognition of education as a means of hoping for human emancipation.

Keywords: Individualized Development Plan. School inclusion. State of the Question.

1 Introdução

A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário [...] (FREIRE, 2018 p. 70).

2

Um longo caminho vem sendo percorrido desde a década de 1990 até os dias atuais em busca de mobilizar ações e reflexões que mobilizem uma conscientização acerca da necessidade de buscar alternativas para que a educação especial possa vir a ser algo consolidado na realidade escolar brasileira. Esse período marca a efervescência de discursos em prol de uma educação inclusiva. Discursos estes que consistem no esperar por melhores dias.

Movimentos como os de Jomtien (1990) e Salamanca (1994), promoveram este esperar no que tange à amplitude de entendimento sobre o direito à escola e tornaram-se bandeira de luta principalmente para familiares e responsáveis por crianças e jovens com deficiência. Em decorrência disso, o Brasil trouxe em seu arcabouço legal esse discurso inclusivo, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394 de 1996.

Nessa toada, cumpre registrar o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) como via de instrumentalizar a inclusão escolar. Muito embora tenha havido avanços, persistem ainda dificuldades no cenário educacional, sobretudo nas práticas exercidas no chão da sala de aula (PLETSCH; GLAT, 2012).

Na inquietude que desabrocha do cenário exposto, emergiu o seguinte questionamento: o Plano de Desenvolvimento Individualizado está sendo aplicado nas escolas regulares para aprendentes com deficiência? Destarte, este trabalho teve como objetivo geral refletir sobre o Plano de Desenvolvimento Individualizado e se é possível promover estratégias pedagógicas individualizadas a serem empregadas para o desenvolvimento de alunos com deficiência.

A relevância deste estudo consiste na possibilidade de promover debates e reflexões que possam concretizar-se em ações de busca por melhorias que atendam a esta classe historicamente marginalizada, colocando em pauta a discussão de

iniciativas que possam despertar a esperança em todos os que necessitam de um uma postura sensível e acolhedora, contribuindo assim com toda a sociedade.

2 Metodologia

3 O caminho metodológico deste estudo enveredou para o Estado da Questão, o que pressupõe uma pesquisa de abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2016), esta abordagem aprofunda-se no universo dos significados e das interpretações humanas, lidando desse modo com as subjetividades. Trata-se, portanto, de um processo que tenta compreender e atribuir sentido aos fenômenos investigados, de forma intencional e contextualizada.

No enredo desta abordagem, situa-se o Estado da Questão, que consiste em uma maneira de entender e dar sentido ao que se busca, mobilizando questões mais profundas sobre o tema investigado, o que ocorre por meio de um rigoroso levantamento teórico, para assim atribuir sentido à caminhada científica (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2010). Assim, o percurso metodológico desenvolvido tentou localizar artigos científicos que trouxessem em seu escopo o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI). Para tanto, consultou-se o Portal de Periódicos da Capes.

Nesta etapa, foram identificados quarenta artigos. Analisando-se o título, as palavras-chave e o próprio texto do artigo, foram selecionados quatro trabalhos para a feitura do Estado da Questão. O recorte temporal deste estudo compreendeu o período a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 até a atualidade, o ano de 2021 - últimos treze anos. A Tabela 1 contempla a sistematização do quantitativo encontrado nesta referida busca.

Tabela 1- Resultados das buscas e achados no Portal de Periódicos da CAPES com uso de descritores associados. Fortaleza/CE, 2021

DESCRITORES	RESULTADOS INICIAIS	RESULTADOS FILTRADOS	ACHADOS DA PESQUISA	%
-------------	---------------------	----------------------	---------------------	---

plano de desenvolvimento educacional individualizado AND inclusão escolar	23	05	02	8,69
plano de ensino individualizado AND AEE	03	-	01	0,03
plano individualizado AND atendimento educacional especializado	14	-	01	7,14
Subtotal	40	05	04	10
Trabalhos repetidos ou não disponíveis identificados	03	00	00	6,97
Total	43	00	04	9,30

Elaboração própria. Data do mapeamento: 01 de jun. a 18 de jun. de 2021. Fortaleza/CE, 2021.

Os resultados apontam que apenas 9,30% desses artigos versam acerca da prática de elaboração e execução de Plano Individualizado de Atendimento para alunos com deficiência. Evidencia-se, portanto, que há lacunas no que tange à quantidade de estudos e olhares para a temática da inclusão. Em que pese a existência de legislação específica para este campo, persistem ainda desafios a serem superados.

2.1 A educação inclusiva no Brasil: determinantes históricos e legais

A educação brasileira historicamente caracterizou-se por oportunizar a escolarização como privilégio a determinados grupos, promovendo assim a exclusão, por reproduzir a ordem social vigente (ARANHA, 2006), uma herança do período colonial, ou seja, desde os tempos dos jesuítas, ocasião em que o ensino manifestou perfil segregador, ao excluir os aborígenes do processo, e de não preocuparem-se com o planejamento de aulas humanizadas que pudessem atender às suas especificidades, e assim favorecer a construção do aprendizado.

No ímpeto do esperar por melhores dias, cumpre destacar a Declaração de Salamanca (1994). Este documento teve como nascedouro a movimentação de grupos organizados que compreendiam a necessidade de se ampliar a discussão

sobre a educação especial, sobretudo no tratamento destinado às pessoas com deficiência, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes, daí porque configura-se como o marco de incorporação legal de inclusão.

Anterior à Salamanca, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990), “chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.” (BRASIL, 2008, p. 3), contribuindo para o ressignificar do arcabouço legal brasileiro por promover um repensar sobre a educação especial.

Destarte, com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 pela primeira vez foi destinado um capítulo para tratar da educação especial (Capítulo V da LDB 9.394/96), prevendo a oferta de educação preferencialmente na rede regular para os alunos com deficiência, bem como a oferta de serviço de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela.

Outros dispositivos legais surgiram nos últimos anos para fomentar a educação inclusiva no Brasil, e em especial no ano de 2008 quando o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual preconiza uma educação inclusiva em que as escolas devem adequar-se para atender às necessidades dos discentes, de modo a possibilitar a sua participação ativa dentro do cenário escolar, no tocante aos processos formais de ensino (curriculares), como também no que diz respeito à socialização e ao desenvolvimento afetivo.

2.2 Plano Individualizado de Atendimento ou Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI)

Consoante a Resolução nº 4 de 2009, o PDI é conceituado como Plano de Atendimento Educacional Especializado, e tem como escopo o trabalho coletivo,

[...] de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais

professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, 2009, p.2).

6

Portanto, o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) consiste em uma estratégia de flexibilização do currículo escolar, tornando-se um aliado na condução de metodologias de caráter emancipatório, com o intuito de construir intervenções que se articulem às especificidades de cada estudante com deficiência. Este plano visa sobretudo a uma comunhão de aprendizados, integrando discentes, docentes da classe regular e professores do atendimento educacional especializado. Outra função do PDI é registrar os dados provenientes das avaliações feitas com os aprendentes e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelos professores, o que é corroborado também pelas Diretrizes Nacionais do Ministério da Educação quando anunciam:

Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno. (BRASIL, 2000, p.24)

Isto posto, o PDI caminha de mãos dadas com os professores, direcionando-os na condução de estratégias metodológicas condizentes com a aprendizagem do aluno com deficiência, com um olhar sensível e reflexivo acerca de cada estudante envolvido no processo, semeando frutos e flores de humanização.

3 Resultados e discussões

Os relatos a seguir têm o intuito de apresentar as produções acadêmicas na base de dados mencionada a partir da análise dos objetivos, dos resultados e das conclusões. Do total de 40 trabalhos, foram selecionados aqueles que mais se aproximavam dos descritores elencados e em outros aspectos com o objeto de investigação pretendido, como, por exemplo, o plano de desenvolvimento

educacional individualizado. O produto final contabilizou cinco artigos. Assim, planejou-se descrever sobre o que trata cada estudo.

Barbosa (2018), com o trabalho intitulado “O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação”, analisou o ponto de vista dos profissionais de educação que atuam junto a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no que tange aos desafios de escolarização em ambiente de ensino regular. O estudo evidenciou que as profissionais lidavam com consideráveis desafios, como a ausência de flexibilização no campo da metodologia, ao passo que o PDI possibilitou o diálogo sobre os estudantes e suas potencialidades, tornando-se possível concretizar a inclusão escolar.

O artigo “A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado”, das autoras Pletsch e Glat (2012), analisou a trajetória escolar de cinco alunos com deficiência intelectual. Os resultados evidenciaram a precariedade existente no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, independente da modalidade de escolarização ou de outros fatores externos, como a questão do conhecimento dos professores no que se refere às especificidades educacionais desses sujeitos. O estudo apontou também a importância do planejamento de estratégias pedagógicas tendo como base a aplicação do PDI para favorecer a inclusão escolar.

Hudson e Borges (2020) pesquisaram “A utilização do Plano de Desenvolvimento Individual por professores em Minas Gerais”. O estudo mostrou que o PDI caracteriza-se como recurso obrigatório na inclusão escolar. A investigação revelou, entretanto, que é primordial saber como os professores compreendem este plano, uma vez que os resultados indicaram a necessidade de haver capacitação docente para a utilização do PDI, como forma de prestar assistência aos professores.

Mendes e D’Affonseca (2018) pesquisaram a “Avaliação dos estudantes público-alvo da educação especial: perspectiva dos professores especializados”. Verificou-se que o planejamento era considerado o coração das atividades desenvolvidas com o aluno no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e

referia-se a atividades a serem realizadas no ambiente da Sala de Recursos Multifuncionais, em geral segregado do ensino na classe comum. Logo, a realidade aponta para um planejamento restrito ao que vai acontecer no AEE, calcado em dificuldades específicas dos aprendentes, não considerando, portanto, seu processo integral de escolarização.

Nesse sentido, os trabalhos demonstram que muitos são os desafios que concernem a inclusão escolar. Além disso, evidenciam que há necessidade de capacitação dos docentes, sobretudo no planejamento de estratégias pedagógicas, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Outrossim, os estudos revelam que a utilização do PDI favorece a aprendizagem e a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

8

4 Considerações finais

Neste estudo, buscou-se refletir sobre o Plano de Desenvolvimento Individualizado e se é possível promover estratégias pedagógicas individualizadas a serem empregadas para o desenvolvimento de alunos com deficiência.

Por meio do Estado da Questão e da contribuição dos demais autores que compuseram o arsenal teórico deste trabalho, descortinou-se que apesar da existência do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), persistem ainda situações de precariedade nas salas de aula, bem como lacunas no atendimento às especificidades educacionais dos aprendentes com deficiência. Lacunas estas provenientes de fatores como precarização do meio, acesso a formações, ausência de debates sobre a temática da educação especial, falta de investimentos por parte das autoridades, corroborando para o distanciamento entre os seres que fazem parte da realidade educacional e o conhecimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que o PDI, uma vez elaborado e praticado de forma colaborativa e consciente, configura-se como instrumento que otimiza a rotina dos alunos com deficiência, por meio da tomada de decisões que favorecem o desenvolvimento de suas potencialidades. O Plano viabiliza a definição de objetivos, estratégias, adaptações ou adequações curriculares para alunos com deficiências

físicas, cognitivas, motoras, sensoriais, de comunicação, enfim, o público alvo da Educação Especial de perspectiva inclusiva.

As pesquisas mapeadas evidenciaram experiências restritas de compreensão acerca da necessidade de elaboração, execução e avaliação do PDI nas redes de ensino, a despeito do que orienta a legislação em vigor. Isto se dá, muitas vezes, em razão do desconhecimento de como proceder, de como planejar a prática pedagógica específica destinada aos discentes com deficiência.

Conclui-se, portanto, serem necessários constantes debates e estudos que abordem a temática da inclusão nas escolas, considerando-se ser imprescindível problematizar e refletir alternativas que favoreçam o reconhecimento da educação como meio de esperar pela emancipação humana.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 08 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Brasília: MEC; SECADI. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, adaptações curriculares de grande porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. 5 v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Base da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

10

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 57 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HUDSON, Bruna Cristina da Silva; BORGES, Adriana Araújo Pereira. A utilização do Plano de Desenvolvimento Individual por professores em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, v. 33, 2020.

JOMTIEN. **Declaração mundial sobre educação para todos:** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia: [s.n.], 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves; D’AFFONSECA, Sabrina Mazo. Avaliação dos estudantes público alvo da educação especial: perspectiva dos professores especializados. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 923-938, out./dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; TERRIEN, Jacques. O estado da questão: aportes teóricos-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Sabino de; NUNES, João Batista de Carvalho; NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria. **Pesquisa científica para iniciantes:** caminhando no labirinto. Fortaleza, EdUECE, 2010.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1935/193523804012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ⁱ Tereza Cristina Lima Barbosa, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8975-4092>

Secretaria Municipal de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Formação de Formadores (UECE). Professora da Educação Básica do município de Fortaleza.

Contribuição de autoria: Contribuiu com a sistematização dos dados e com a escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0395730202883440>

E-mail: terezarrafael@gmail.com

ii **Maria Julieta Fai Serpa e Sales**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1786-1339>

UECE, Centro de Educação, PPGE.

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UECE). Especialista em Psicopedagogia Clínica, Hospitalar e Institucional (UNICHRISTUS). Membro do Grupo de Pesquisa Docência no Ensino Superior e na Educação Básica (GDESB).

Contribuição de autoria: Contribuiu com a sistematização dos dados e com a escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2607513877849906>

E-mail: mariajulietafaiserpalesales@gmail.com

11

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

BARBOSA, Tereza Cristina Lima; SALES, Maria Julieta Fai Serpa e. Plano de Desenvolvimento Individualizado na inclusão escolar: um Estado da Questão. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021.